



ACONTECE NO CAIS

Boletim
Informativo do
Sindicato
Unificado da
Orla Portuária
SUPORT-ES

19 de novembro de 2013
Jornalista Cristiane Brandão

Advogado alerta sindicato: introdução do Processo Judicial Eletrônico trará prejuízo aos trabalhadores

A partir do dia 13 de dezembro, só vai haver petição na Justiça do Trabalho por meio de um sistema, o Processo Judicial Eletrônico (PJE).

No entanto, o sistema ainda não está estável e os advogados ficarão dependendo exclusivamente da internet para que seja possível dar entrada em ações e petições como recursos, manifestações, impugnações, pois não vai haver mais atendimento físico no protocolo, havendo somente audiências nas varas. “Essa iniciativa acaba desumanizando a Justiça do Trabalho, que deveria ser uma Justiça social. Não somos contra a implantação, mas a forma com que está sendo feita, que exclui pessoas que não têm acesso à internet. A implantação do PJE, desta maneira, tem mais a finalidade de atingir metas de informatização do Judiciário do que agilizar o andamento dos processos, garantindo o acesso à Justiça. Advogados correm o risco de perder prazos, porque o sistema não funciona como deveria”, avaliou o advogado André Moreira, assessor jurídico do Suport-ES.

O maior impacto será sobre os trabalhadores de categorias não organizadas e de sindicatos de categorias mais humildes, que eventualmente não tenham ou tenham dificuldade de acesso ao sistema e à internet.

“As novas tecnologias devem facilitar o acesso à Justiça e não o contrário, como é o caso do PJE”, disse Moreira, que vai solicitar ao sindicato que leve o debate do Processo Judicial Eletrônico para as instâncias da CUT-ES.

O Suport-ES vai tomar as medidas necessárias para que o trabalhador não seja lesado.

*O advogado André
Moreira disse que o
sistema desumaniza a
Justiça, que deveria ter
um foco social*



Em outros estados, como Rio de Janeiro, o sistema já mostrou problemas, pois se apresentou lento e ficou vários meses fora do ar, causando vários prejuízos aos advogados e principalmente aos trabalhadores. A situação levou a OAB-RJ, a entregar, no início do mês, ao presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis, um abaixo-assinado com mais de 15 mil nomes de advogados do Rio, que reivindicavam a volta da petição em papel. O vice-presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, declarou que o sistema foi “implantado de forma açodada, sem a necessária maturação, ou mesmo a unificação da plataforma. O PJE tem se mostrado muitas vezes ineficiente, excludente e inseguro.”

O que é Processo Judicial Eletrônico

É um software elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a partir da experiência e com a colaboração de diversos tribunais brasileiros.

O objetivo principal do CNJ é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, na Justiça dos Estados, na Justiça Militar dos Estados e na Justiça do Trabalho.

SUPPORT-ES PERMANENTEMENTE EM DEFESA DO PORTUS E DOS PORTOS PÚBLICOS.

O PORTUS É PATRIMÔNIO DOS PORTUÁRIOS E OS PORTOS PÚBLICOS DO POVO BRASILEIRO.

Acesse nosso site: www.suport-es.org.br